

CARTOGRAFIAR ÁFRICA EM TEMPO COLONIAL
(C. 1876-1940)

A história da cartografia portuguesa tem cultivado com particular atenção a época dos descobrimentos e da expansão. No entanto, pouco se sabe sobre os mapas elaborados pelos cartógrafos portugueses nos séculos XIX e XX, quando são notáveis a quantidade e a qualidade das cartas que representam as mais variadas áreas do globo com particular incidência nas colónias portuguesas de África.

O colóquio ***Cartografar África em Tempo Colonial (c.1876-c.1940)*** resultou do projecto ***Cartografia, Política e Territórios Coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): um registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais***, que se propunha proceder à reconstituição virtual da produção e funcionamento da Comissão de Cartografia. Pretendia-se, assim, construir, através do vasto acervo disperso por várias unidades do IICT e outras instituições afins, um instrumento operativo com várias aplicações, desde a cartografia, à política e à diplomacia, até ao estudo das realidades históricas, antropológicas, geográficas, e ambientais das regiões tropicais que foram objecto de missões científicas enviadas aos territórios coloniais.

O período cronológico abrangido por este colóquio é um pouco mais extenso do que a duração da Comissão de Cartografia. Primeiro porque os antecedentes esclarecem as origens e interacções da Comissão e, depois, porque, após a sua extinção, muitos trabalhos foram concluídos pelas instituições que se lhe seguiram.

A terra africana não tinha fronteiras fixas e permanentes. Era habitada por povos cujos chefes podiam guerrear-se pelas riquezas, pelo poder ou pelos caminhos, não tanto pelos territórios. Quando a política internacional demarcou as fronteiras coloniais, atendendo a interesses europeus, faltava ainda conquistar o interior – esses povos que os exércitos coloniais viam mudar de lugar, fugindo-lhes por entre os dedos. De nada serviriam as fronteiras, enquanto as populações não fossem conhecidas e submetidas.

À cartografia dos exploradores científicos – Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho, Augusto Cardoso – e da própria Comissão de Cartografia, acrescentava-se agora a das Campanhas Militares, dos Serviços Geológicos, Obras Públicas, Serviços Meteorológicos e de qualificados cientistas autónomos.

A conquista, seguida da ordenação administrativa colonial do espaço, decapita as hierarquias políticas africanas, instala o forte militar junto à embala do Soba, constrói estradas e caminhos de ferro. A divisão administrativa primeiro decalca, depois rejeita, por vezes mantém a realidade africana.

A cartografia manuscrita tudo regista para não apagar as autoridades tradicionais submersas, os potenciais inimigos derrotados ou submetidos por assinatura de tratados e que a qualquer momento podem reorganizar-se para resistir.

Esta cartografia reservada guardou a imagem de uma África pré-colonial que foi sendo submergida à medida que se instalava o sistema colonial; por seu lado, a cartografia impressa recobria o espaço na totalidade. A cartografia divulgada fez ainda coabitar elementos dessa imagem com a reorganização colonial. Depois, as marcas do passado africano foram progressivamente encobertas pela administração militar e civil.

A cartografia colonial, tendo constituído um processo relativamente curto, funciona como um *interface* cuja abrangência cronológica se estende, por um lado, em direcção ao passado pré-colonial e, por outro, atinge a actualidade, não só pela permanência das fronteiras coloniais mas também pelo reaparecimento da toponímia tradicional, como exemplos mais evidentes.

O estudo deste processo tem a vantagem de nos conduzir a períodos cronológicos muito mais vastos e de contribuir para uma mais ampla compreensão de outros fenómenos: quer dos que ali se repercutem a partir do passado quer dos que se reproduzem no presente.

Maria Emília Madeira Santos

IICT – Lisboa.